

EUROsociAL II
Programa para la Cohesión Social en América Latina

Política Social com Foco sobre a População em Situação de rua
Relatório Final

Irene Rizzini¹

Rio de Janeiro, junho de 2014.

¹ Pesquisadora e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil (PUC-RIO) e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Irene Rizzini exerceu a função de consultora neste projeto. Ela coordenou diversas pesquisas em âmbitos nacional e internacional com foco sobre a população infantil e juvenil em contextos de vulnerabilidade, incluindo aqueles em situação de rua. Um agradecimento especial à equipe que trabalhou em conjunto durante o período de consultoria pelas oportunidades de reflexão conjunta: Alfonso Martínez e Yasmina Lakmad (ADECRI, França), Carolina Aulicino (CIPPEC, Argentina), Fábio Moassab Bruni e Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo (MDS/SNAS, Brasil), Alina Bontu (F. Parada, Romênia) e os companheiros de MIDES, Uruguai e SNNA, Paraguai, com quem muito aprendi. Agradeço a Neide Cassaniga, consultora internacional do CIESPI e Juliana Batistuta Vale, pesquisadora do CIESPI, pelas reflexões conjuntas ao longo dos anos e pelos muitos momentos de diálogo durante o processo de elaboração deste documento.

Conteúdo

Introdução	03
Atenção a crianças e adolescentes em situação de rua: recomendações a partir da consultoria	04
Referências bibliográficas	19
Bibliografia pesquisada e guia para consulta	20
Anexos:	
(1) Organizações e programas visitados	25
(2) Recolhimentos forçados: o caso do Rio de Janeiro (por Juliana Batistuta Vale)	26
(3) Oficina Técnica para Aprimoramento dos Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e suas famílias, Brasília, 21-22 de maio de 2014. Programa e síntese das contribuições dos participantes	27
Sobre a autora	41

Introdução

Este relatório é parte do programa EUROsociAL II, cujo objetivo é contribuir para o aumento da coesão social entre a América Latina e a Europa. Em especial, busca apoiar políticas públicas nacionais com o propósito de fortalecer as instituições responsáveis por essas políticas². O programa na atual fase teve como foco a população em situação de rua e, no caso do Brasil, foi especificamente dedicado ao fortalecimento de políticas dirigidas à população infantil e adolescente em situação de rua (ou em vias de estar nessa situação) e suas famílias.

Para fins desta consultoria, foram pesquisadas experiências consideradas exitosas, aqui definidas como iniciativas que tenham apresentado bons resultados, em âmbito internacional. Optou-se por visitar organizações e entrevistar profissionais em 3 países, Inglaterra, Romênia e México, incluindo 5 cidades: Londres, Bucareste, Cidade do México, Guadalajara e Puebla. As organizações e os programas selecionados foram identificados após prévia pesquisa, a partir da literatura existente e de múltiplos contatos com organizações e profissionais sobre a questão em foco, em âmbito internacional. Neste sentido, foram visitadas diversas organizações e contatados profissionais com ampla experiência de trabalho junto a essa população, incluindo formulação e gestão de políticas públicas e programas, bem como de atendimento direto em espaços institucionais e nas ruas³.

As reflexões que se seguem têm como base, além da experiência de muitos anos de pesquisa no Brasil, as visitas e entrevistas realizadas nos países citados⁴. No escopo desta consultoria, foi de fundamental importância a realização de uma oficina técnica

² A consultoria foi realizada no período de outubro de 2013 a maio de 2014.

³ Estas organizações estão listadas ao final do documento.

⁴ Algumas destas referências encontram-se na bibliografia deste relatório. Muito contribuiu também a interação com profissionais de diversas redes com foco sobre a população infantil e adolescente em situação de rua, como a Rede Rio Criança (Rio de Janeiro), a Rede Amiga da Criança (Maranhão) e a Rede Nacional de Atenção a Criança e Adolescente em Situação de Rua, organizada pela Campanha Nacional Criança não é de Rua (Ceará).

com cerca de 50 profissionais, coordenada pela equipe do Ministério de Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, que ocorreu no mês de maio em Brasília. Várias das recomendações incluídas neste relatório foram provenientes da consulta a estes profissionais, muitos dos quais com ampla experiência de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, assim como coordenadores de programas e gestores representando uma variedade de ministérios, departamentos e organizações públicas e da sociedade civil.

Atenção a crianças e adolescentes em situação de rua: recomendações a partir da consultoria

Destacamos abaixo algumas questões como particularmente relevantes para a experiência brasileira, no que tange a políticas e práticas dirigidas à população infantil e adolescente em situação de rua e suas famílias⁵. Para cada item apontado, acrescentam-se recomendações com o objetivo de contribuir para a elaboração de um protocolo de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. Estas recomendações constituem diretrizes, que precisam ser traduzidas em ações prioritárias, visando sua operacionalização. Para aumentar o potencial de operacionalização e implementação das ações prioritárias elencadas, é importante que o processo inclua atores chave responsáveis pela gestão e por sua execução prática, em todos os níveis. Este processo implica em um nível de especificidade, que vai além do escopo de uma breve consultoria. No entanto, sempre que possível, buscou-se incorporar orientações concretas de ação, que auxiliem no exercício de desenho dos programas que serão priorizados no escopo das políticas públicas sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e sua interlocução intersetorial.

⁵ Cabe destacar que, apesar do foco central da consultoria ter sido a população já em situação de rua, consideramos da maior importância considerar aqueles que se encontram em situações que os vulnerabilizam quando ainda em seus contextos familiares e comunitários. Abordaremos esse ponto ao longo do texto.

1. A proteção integral implica em que nenhuma criança permaneça no limbo

É importante destacar o que pode ser feito antes que os elos familiares e comunitários se fragilizem e as situações de desproteção se tornem críticas. Com base nessa consultoria e em pesquisas que abordam o tema, recomenda-se que quanto mais cedo se agir para romper com ciclos de violência e desproteção, melhor. Nesse sentido, é importante intensificar esforços de investimento e ação nos âmbitos da prevenção e da proteção básica, ou seja acesso a direitos fundamentais, como moradia, saúde, educação. É preciso agilidade na ação e que se criem procedimentos claros e eficazes de intervenção nestes casos para que nenhuma criança ou adolescente permaneça no limbo, ou seja, fique em abrigos ou qualquer outro local, sem perspectiva duradoura de cuidado⁶.

Recomendações:

(a) Criar mecanismos para identificar os primeiros sinais de condições que vulnerabilizam e põem em risco crianças e adolescentes, ainda em seu contexto familiar e comunitário. Alguns destes mecanismos são: produção sistemática e monitoramento de indicadores, por meio de pesquisas e contato direto com responsáveis pelas crianças, a fim de mapear condições que as vulnerabilizam.

(b) Estabelecer um sistema eficaz de informações em âmbito intersetorial, a fim de possibilitar trocas entre organizações e profissionais, o uso mais eficiente dos recursos existentes e auxiliar na identificação de violações de direitos e situações de vulnerabilidade de crianças, adolescentes e famílias.

(c) Localizando-se uma criança ou um adolescente 'solto' ou em situação de desproteção⁷, mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos, tomando medidas necessárias para fortalecer seu entorno e assegurar seu desenvolvimento integral, entre elas: Fortalecer os programas de apoio e convivência familiar já existentes no escopo do SUAS e incorporar práticas locais bem sucedidas; prover melhor cobertura de serviços de apoio à família e demais adultos responsáveis pelo bem estar da criança (recursos

⁶ Os modelos de guias de proteção à infância e de orientação às escolas da Inglaterra podem ser úteis aqui (consulte a bibliografia: Statutory Guidance, 2014 e Education, Learning & Skills Directorate, 2013). Estes guias deixam claro quem tem a responsabilidade de tomar diferentes medidas e ações para assegurar a proteção a crianças que se encontram em qualquer situação de vulnerabilidade.

⁷ É o que o que denominamos em pesquisas anteriores como um processo, muitas vezes gradual, no qual a criança ou o adolescente se encontra “entre a casa, a rua e as instituições”, permanecendo de início nas ruas durante o dia apenas e retornando a casa. Aos poucos, começa a conhecer o mundo da rua, cria novas relações de amizade e vai ampliando sua permanência nas ruas, passando as noites também e a frequentar instituições que oferecem serviços a essa população (Rizzini et al., 2003).

materiais e orientação profissional visando sua independência financeira, orientação parental, apoio psicológico); ampliar o acesso à proteção básica (primeiros anos de vida) intersetorialmente.

2. Permanecem as representações dos ‘meninos de rua’ como uma ameaça à sociedade

A experiência das organizações visitadas, semelhante a do Brasil, é a de que é ainda forte a presença do estigma, da discriminação e das representações das crianças e dos adolescentes em situação de rua como perigosos e uma ameaça à sociedade. Apesar dos esforços de várias organizações e setores, não foram encontradas estratégias e ações verdadeiramente eficazes para mudar a imagem de desumanização associada à população em situação de rua. Ainda predominam na mídia imagens que denigrem este grupo e medidas punitivas e excludentes, que hoje aparecem fortemente na roupagem dos processos de limpeza social, sobretudo nos espaços urbanos⁸.

Recomendações:

(a) Criar canais de comunicação midiáticos em que seja possível sensibilizar a opinião pública para a prática do cuidado e combater a lógica repressiva e de higienização social, que muitas vezes prevalece.

(b) Realizar campanhas de sensibilização, combatendo as atitudes e práticas de discriminação contra essa população.

(c) Intensificar oportunidades de treinamento e sensibilização dos funcionários públicos em todos os níveis e áreas (educação, saúde, assistência, segurança pública, judiciário, etc) para mudar a postura e tratamento deste grupo, melhor refletindo o que estabelecem o Estatuto da Criança e Adolescente, a Convenção dos Direitos da Criança e as políticas públicas vigentes no país.

(e) Atuar junto ao Ministério Público e outras instâncias do sistema judiciário, exigindo medidas concretas e efetivas no sentido de coibir manifestações e ações de discriminação e humilhação em relação à população em situação de rua.

3. Diversidade e multiplicidade de respostas: não há uma forma de apoio e sim diversas

Organizações que oferecem um “kit de apoio” (múltiplos serviços) e estão bem conectadas a outros setores capazes de responder às demandas que surgem são

⁸ Sobre a questão do estigma e da discriminação em relação a este grupo, ver a publicação da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights). Protection and Promotion of the Rights of Children Working and/or Living on the Street, 2012.

aquelas que apresentam maior êxito. Diferentes situações e pessoas que chegam aos programas requerem diferentes respostas e abordagens, sobretudo aquelas que apresentam trajetórias de vida dolorosas e passaram por múltiplas rupturas de vínculos⁹. Essa questão foi apontada por vários dos entrevistados, ao destacarem as formas como acionam múltiplos recursos diante de cada caso, de cada demanda. A rede de parceiros atuando em várias áreas e acionando diversos recursos (multi e intersetoriais), amplia a possibilidade de responder adequadamente as demandas que emergem.

Recomendações:

(a) Estabelecer diretrizes e planos de trabalho em âmbito intersetorial, que possibilitem substituir a lógica do simples encaminhamento, pela lógica do cuidado compartilhado. Este é um processo delicado de negociação entre diferentes instâncias, que implica em: redesenho de programas e treinamento de profissionais que incorporem práticas de acolhimento e cuidado; criação de um corpo fiscalizador capaz de monitorar e assegurar de forma efetiva as práticas de cuidado implementadas em todos os serviços dirigidos a essa população.

(b) Estabelecer protocolos que especifiquem com a máxima clareza os responsáveis por garantir os recursos e a provisão de serviços, coordenando ações de diversos setores, no sentido de: evitar duplicidade e lacunas no atendimento; facilitar o monitoramento, fiscalizando a qualidade dos serviços oferecidos.

(c) Realizar pesquisas e avaliações sistemáticas que ajudem a monitorar qualidade e a eficácia dos serviços prestados, a fim de orientar os direcionamentos das políticas em curso (continuidade ou não, expansão ou retraimento do investimento e das ações).

4. O estabelecimento de uma relação de confiança faz uma grande diferença

Em quase todos os programas visitados ressaltou-se a importância de se ir construindo aos poucos uma relação de confiança com as crianças e os adolescentes atendidos. Isso parece ser essencial antes de se propor quaisquer outras formas de intervenção e apoio, principalmente por se tratar de uma população que desenvolveu profunda desconfiança nas relações com adultos, sobretudo nas interações com profissionais com quem interagiram em sua trajetória de rua (policiais, professores, assistentes sociais, etc). No estabelecimento dessa relação de confiança, entende-se como fundamental a existência de um escutar e de um agir que respeitem as especificidades desse grupo, compreendendo os estigmas e preconceitos que marcam suas histórias

⁹ Uma vasta literatura aborda essa questão e analisa as fortes marcas que essas experiências de ruptura de vínculos deixam na vida de uma pessoa, sobretudo quando elas ocorrem nos primeiros anos de vida. Para uma revisão da literatura nacional e internacional, ver Rizzini, Irene et al (2003, 2007, 2010, 2012) e Thomas de Benítez, Sarah (2007, 2011).

de vida. É importante também poder aceitar suas opções como válidas e respeitar as suas escolhas.

Recomendações:

(a) Investir tempo e recursos necessários para assegurar treinamento de alta qualidade às equipes envolvidas, no sentido de: aumentar sua sensibilidade e compreensão das características deste grupo de crianças, adolescentes e famílias, incluindo técnicas de escuta e de participação; acesso a materiais didáticos e publicações, além de guias que expressem a clara expectativa de como a população atendida deve ser tratada e ouvida.

(b) Assegurar investimentos necessários para a formação e acompanhamento das equipes de profissionais, tais como: cursos de formação permanente; “supervisão” continuada da equipe; práticas de cuidado com o cuidador frente à exposição a casos complexos e carregados de muita angústia; condições adequadas de trabalho com reflexos em uma política de valorização da remuneração dessa atividade, com vínculo empregatício que resista ao processo de precarização ao quais os trabalhadores estão expostos.

(c) Estabelecer de forma clara estruturas e profissionais que têm a responsabilidade e o mandato de assegurar que as diretrizes das políticas sejam cumpridas.

5. Aprendendo com a prática: metodologias de abordagem e de ação a partir das ruas

As experiências a que estivemos expostos, principalmente na Romênia deixaram claro que muito do sucesso se atribui a metodologias que falam diretamente à vivência da população atendida. O trabalho com artes e circo da Fundação Parada, na Romênia, talvez seja o melhor exemplo. Vários dos depoimentos focaram na importância do aprendizado a partir das ruas, tendo como base o respeito as suas experiências de vida¹⁰. Alguns pontos mencionados foram: a escolha de formas de abordagem e de estabelecimento de elos com as crianças e os adolescentes, que leve em consideração as suas vivências cotidianas; a busca por maneiras de ajudá-los a se expressarem e, ligado ao ponto anterior, a desenvolverem um sentido de autonomia na busca por melhores oportunidades de crescimento e de condições pessoais de lutarem por mudanças em suas vidas.

¹⁰ É importante destacar que diversas experiências brasileiras lideradas por organizações não governamentais no decorrer das últimas décadas reforçam este mesmo ponto. Na oficina realizada em Brasília nos dias 22 e 23 de maio de 2014, onde se discutiram as lições aprendidas no escopo desta consultoria, as experiências relatadas por profissionais de diversas organizações enfatizaram a importância de se atuar a partir do que cada criança ou adolescentes traz, respeitando suas histórias de vida e vivência nas ruas (ver Projeto Quixote, São Paulo, Lescher e Bedoian, 2010; Casa das Expedições, São Paulo e EMEF, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Porto Alegre, sobre uma rara experiência de atuação com crianças e adolescentes no campo da escola).

Recomendações:

(a) Incorporar experiências já consolidadas, sobretudo por organizações não governamentais, propondo metodologias de trabalho que sejam atraentes para essas crianças e esses adolescentes e permitindo que eles próprios proponham parte das atividades que desejam realizar a partir de sua curiosidade e interesses.

(b) Ampliar, no escopo do serviço público, espaços para atendimento a esta população, partindo das vivências e experiências de vida deste grupo. Aqui é relevante considerar a experiência de programas já implantados, como os Centros POP, até o presente englobando apenas a população adulta. Recomenda-se a realização de estudos de avaliação destas experiências, a fim de identificar pontos fortes e fracos do programa, e sua aplicabilidade com foco na população infantil e juvenil em situação de rua.

6. A importância do apoio emocional: metodologias centradas nos sujeitos

Observou-se a ênfase dada a um enfoque centrado no processo de cura dos traumas vividos pelos indivíduos, dando-se grande importância ao contato consigo próprios e com suas emoções, por meio de técnicas de suporte psicológico e psicoterápico. Esse aspecto foi mais visível nas visitas realizadas no México, inclusive como um tipo de serviço oferecido em várias das ONGs visitadas, como por exemplo, Juconi e Codeni. Esse tipo de abordagem implica em atendimentos individualizados e de longa duração para que surta efeito (cerca de 3 anos ou mais). O enfoque aqui se assenta na teoria sistêmica da família e busca incluí-la no processo de 'resgate' e fortalecimento dos vínculos afetivos da criança ou do adolescente, incluindo toda a família nesse processo.

Na Inglaterra e Romênia, a questão do tratamento psicológico também se mostrou importante, porém constituía mais um dos serviços oferecidos a crianças e adolescentes, e, em geral, não como parte integrante do trabalho oferecido por ONGs. O tratamento psicológico é considerado uma dimensão importante no trabalho junto a essa população, marcada por histórias de muito sofrimento e, com frequência, por perdas afetivas significativas em suas vidas.

A partir deste enfoque centrado no sujeito e no seu entorno familiar, o trabalho se dá praticamente na relação um a um. Cada criança ou adolescente tem como referência central seu educador, que funciona como um tutor. É uma abordagem interessante do ponto de vista das necessidades deste grupo, mas certamente apresenta desafios de continuidade por parte dos serviços oferecidos e de manutenção dos profissionais envolvidos, para que sejam evitadas novas rupturas.

Duas considerações se fazem necessárias aqui. A primeira delas é que, a despeito da importância do suporte psicológico às crianças, aos adolescentes e suas famílias, assim como da atuação com enfoque psicossocial, é importante destacar a necessidade de não se por em segundo plano os aspectos socioeconômicos que compõem o quadro de vulnerabilidade desta população. Ou seja, é inegável a importância de se cuidar dos aspectos emocionais, sem que se descuide dos demais aspectos de diversas ordens que vulnerabilizam essa população. O segundo ponto a destacar refere-se à importância de incluir o suporte psicológico como parte da atenção integral a crianças, adolescentes e famílias desde o ponto de vista da proteção básica, buscando-se identificar, como exposto acima, os primeiros sinais de vulnerabilização e tomando-se as medidas necessárias para evitar o agravamento da situação.

Recomendações:

(a) Para que o suporte psicológico seja incluído como parte da atenção integral a crianças e adolescentes e suas famílias, é fundamental ampliar a sua oferta nos serviços que compõem a rede de proteção social. É preciso, por exemplo, que a Educação se veja como parte mais atuante dessa rede, inclusive porque o espaço escolar é privilegiado campo para a identificação dos primeiros sinais de vulnerabilização.

(b) Fortalecer a atuação do serviço social e atendimento médico e psicológico, com a oferta de serviços capazes de identificar as vulnerabilidades e necessidades das famílias o mais precocemente possível. Este fortalecimento implica em promover a articulação entre as experiências e ações de equipes de diversos setores atuantes junto a essa população (sobretudo no campo das políticas de assistência social, saúde e educação, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, PAIF; os Centros de Referência da Assistência Social, CRAS; os Centros de Referência Especializados da Assistência Social, CREAS; as equipes de saúde e de saúde mental; os Conselhos Tutelares).

(c) Priorizar aspectos socioeconômicos no desenho de programas, envolvendo os setores responsáveis por políticas voltadas para a autonomia material, como os programas de transferência de renda, habitação, escolarização, formação profissional e geração de renda¹¹.

7. Processos de saída das ruas: construção de projetos de vida

Ouvir, respeitar e procurar apoiar desejos e decisões dos/as meninos/as atendidos/as, sobretudo no que se refere ao processo de saída da rua foi um ponto que apareceu com frequência. A metodologia, em parte baseada nas pesquisas do professor suíço

¹¹ No Brasil, o eixo do trabalho e geração de renda ainda está muito pouco presente na política de assistência social.

Ricardo Lucchini, nas décadas de 1980 e 90, sobre a construção de projetos de vida por parte da população de rua com o apoio dos educadores, teve clara influência nas metodologias adotadas por várias organizações no México¹². Ainda que não citadas diretamente, a ideia e a postura de escuta e respeito do momento da criança ou do adolescente apareceu em quase todos os relatos sobre experiências exitosas. No processo de cada indivíduo na construção de seu projeto de saída das ruas e de mudança de vida, um ponto destacado foi a persistência necessária por parte do educador, pois com frequência há desistências e recaídas, sobretudo por parte daqueles que consomem drogas de forma abusiva.

Recomendações:

(a) Manter estruturas de atendimento diurno e noturno, a médio e longo prazos, visto que construir um projeto de vida leva tempo, ainda mais em condições de adversidades frente aos processos de vulnerabilização a que este grupo está exposto. Algumas indicações são: criar e manter locais dignos e seguros, com profissionais altamente qualificados e programas capazes de oferecer alternativas concretas à permanência nas ruas; atuar junto aos espaços institucionais que têm o potencial de oferecer apoio efetivo a adolescentes e jovens em seu processo de saída das ruas, como escolas, centros de saúde e de apoio psicológico, organizações destinadas ao treinamento profissional e elo com o mundo do trabalho.

(b) Oferecer treinamento qualificado aos profissionais que atuam diretamente com essa população, sobretudo policiais e demais agentes da área de segurança pública para que desenvolvam uma postura de respeito aos direitos humanos da população em situação de rua.

(c) Oferecer opções concretas de apoio para aqueles que desejam sair da rua, para que a possibilidade de êxito seja real¹³.

8. Infância e adolescência, proteção social e o princípio universal da liberdade

Uma questão que nos fez refletir face à questão do respeito ao momento da criança ou do adolescente em situação de rua foi a tensão entre o tempo de espera para a saída voluntária da rua e os riscos e violações de direitos a que estão expostos. Em uma das visitas que fizemos a um grupo que se encontrava nas ruas na cidade do México, nos deparamos com vários jovens e adultos, alguns adolescentes e duas crianças muito pequenas (na faixa de 2 a 5 anos). Seus pais não estavam presentes, pois o pai havia

¹² Lucchini, Ricardo, 1993, 1996.

¹³ Em uma das organizações visitadas em Londres, o Centrepoin, este aspecto foi bastante ressaltado. Esta é uma organização que oferece alojamento e uma série de suportes por um tempo determinado a jovens. Além de enfatizar a questão da escuta e do respeito às suas opções de vida, oferece espaço de moradia, apoio educacional, treinamento em habilidades sociais básicas, preparação para entrevistas na busca de trabalho e espaços atrativos de lazer.

sido agredido e estava em um hospital e a mãe o acompanhara. Ali estavam correndo de um lado a outro, em uma rua onde carros passavam velozmente e no meio de pessoas visivelmente drogadas. É compreensível que somente com força de vontade e muito apoio, uma pessoa, há anos nas ruas, consiga sair deste contexto. Porém, um trabalho gradual de suporte, visando a uma mudança de vida, parece ser indicado à população jovem ou adulta. Quando se trata de uma criança ou de um adolescente, essa espera nos parece inadequada, pois à medida que estejam desprotegidos e expostos aos riscos, cada minuto que passa aumenta a chance de que danos ainda maiores possam ocorrer, prejudicando seu desenvolvimento e seu bem estar em todos os níveis¹⁴. No entanto, o uso da força para retirar pessoas da situação de rua pode ser extremamente violento, tornando-se essa prática repudiável.

Recomendações:

(a) Fortalecer a rede de atendimento, com um leque de ações concretas, capazes de responder adequadamente às necessidades dos diferentes grupos que se encontram em situação de rua.

(b) Ampliar a cobertura da atenção psicossocial em rede integrada e intersetorial. Recomenda-se a realização de estudos que avaliem a experiência da rede CAPS/CAPSIS, visando às especificidades desta população e a sua expansão e o seu fortalecimento.

(c) Criar um setor específico, devidamente treinado para lidar com a população infantil e adolescente no espaço da rua, capaz de realizar atendimentos e encaminhamentos com base nos princípios e nas diretrizes de direitos Humanos, do SUS e do SUAS. Esta iniciativa deve envolver equipe intersetorial, incluindo, mas indo além dos órgãos da segurança pública e da assistência social.

9. Experiências que parecem dar certo estão associadas a caminhos e recursos que levem à autonomia

Um dos desafios no atendimento às populações vulnerabilizadas é o risco da dependência, reforçada por práticas protetivas assistencialistas e paternalistas, que vigoraram por muito tempo em nossos países. Foi apontado como indicador de sucesso de um programa, o estabelecimento de metodologias e ações que conduzam a um fim claro de autonomia, ou seja, que incentivem aos usuários a participarem ativamente do processo de superação das situações de vulnerabilidade e precariedade nas quais se encontram.

¹⁴ Ver na parte de Anexos, a título de exemplo, breve relato sobre o episódio de recolhimentos forçados na cidade do Rio de Janeiro, por Juliana Batistuta Vale.

No que se refere a crianças e adolescentes em situação de rua, ressaltou-se também a importância da autonomia, entendendo-os como sujeitos ativos e protagônicos, e não objetos de intervenção¹⁵. Com foco especial sobre a população jovem, uma experiência inspiradora foi relatada pela equipe do Centrepoin, na cidade de Londres. Para cada caso, diversos recursos de apoio material, profissional e psicológico são acionados para reconduzir o jovem a um caminho que aumente suas chances de inserção social, de forma autônoma. Nesse sentido, destaca-se que o sentido de autonomia também tem relação com independência financeira, no sentido de inserção no mundo do trabalho, mesmo em situações de informalidade.

Recomendações:

(a) Priorizar ações e práticas sociopedagógicas orientadas pela busca da autonomia. Algumas diretrizes apontadas são: estabelecer orientações práticas de apoio, respeitando as limitações e incentivando os recursos e potenciais da população atendida; acesso a alternativas concretas de inserção socioeconômica, oferecendo acompanhamento sistemático e ampliando as possibilidades de vida autônoma.

(b) Buscar formas eficazes de preparação e inserção no mundo do trabalho, visando a assegurar independência financeira dos jovens. Algumas experiências que vêm apresentando bons resultados, destacam: cursos e oficinas com conteúdos atraentes aos adolescentes e jovens, como computação, desenho gráfico, informática; acompanhamento individual para preparação para o mundo do trabalho, como elaboração de currículos, treinamento para entrevista, forma adequada de se vestir e de se comunicar; pontes concretas com os estabelecimentos que têm o potencial de empregar os jovens, tanto no que se refere a condições reais de recebê-los, evitando frustrações desnecessárias, como um trabalho de conscientização e responsabilidade social por parte dos empregadores.

10. Foco sobre a família: autonomia, apoio, desafios e questionamentos

A oferta de serviços que conduzam a um sentido de autonomia foi igualmente relacionado à atuação junto à família. Um exemplo trazido pela equipe da Fundación Casa Lona, em Bucareste, ilustra esse ponto. A instituição oferece moradia temporária e uma série de serviços de apoio de cunho material e psicológico. Ao focar nos casos de famílias que perderam suas casas, indicou-se a importância de se fazer um cuidadoso levantamento do quadro no presente e da história da família, compreendendo-se a trajetória que levou à situação atual e aos serviços já acessados.

¹⁵ Alguns autores de referência sobre o tema da participação infantil e juvenil podem ser acionados na compilação de textos na revista da PUC-Rio, O Social em Questão, número 27 (www.puc-rio.br/editorapucRio). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio e Universidade de Edimburgh, 2012.

Mencionou-se, ainda, a importância do estabelecimento de um elo de confiança e uma abordagem não paternalista, visando à autonomia da família e a existência de regras claras sobre o que o serviço oferece e o limite de tempo para o atendimento. Enfatizou-se, ainda, ter claro o que se espera das pessoas atendidas para que se sintam impelidas a lutarem por si próprias, com suporte na busca de benefícios a que têm direito. No estabelecimento de um acordo com a família para que permaneçam no programa, foram indicados alguns elementos considerados determinantes para se chegar a um bom resultado: qual a sua meta? Aonde vocês querem chegar? O que é preciso fazer para chegar lá? E se estabelece desde o início, o que a organização pode fazer para ajudar, e o que depende deles próprios. O desejo de mudar e de lutar pelo que se quer foi apontado como um dos principais elementos que leva a um sentido de autonomia e de dignidade.

- Apoio à família como um caminho de mudança e um desafio.

Em todas as visitas, fez-se presente, de uma forma ou de outra, a questão do apoio à família. Principalmente no que se refere ao trabalho junto à população infantil e adolescente, é importante considerar a importância do núcleo familiar como um possível caminho para reverter a situação de desproteção da criança ou do adolescente¹⁶. Ao mesmo tempo, situações de extrema precariedade e de alta vulnerabilidade de diversas famílias (materiais e emocionais), desafiam, tanto os setores públicos como os privados, em seu objetivo de prover apoio efetivo à família para que tenham condições de assegurar o bem estar de seus filhos. Em várias entrevistas foram apontados como casos especialmente desafiadores, aqueles que envolvem o uso abusivo de álcool e outras drogas, e problemas ligados à saúde mental de membros da família, ambos fortemente associados ao fenômeno da fuga de casa e vida nas ruas.

Por fim, cabe ressaltar que a questão do apoio efetivo à família requer maior aprofundamento. Temos ainda muito a aprender no que se refere à busca de elementos que contribuam para o desenho de programas que melhor respondam às necessidades das famílias, em especial quanto ao cuidado dos filhos. Isso é verdade tanto no que se refere à prevenção (identificando-se sinais precoces de vulnerabilização e evitando o afastamento dos filhos do contexto familiar e comunitário, quando possível), como no que tange a reintegração familiar. Os depoimentos de várias das pessoas que ouvimos durante as visitas, confirmam um dado conhecido no

¹⁶ Um fato que aumenta a complexidade destes casos, mas que não se pode desconsiderar é que o contexto familiar extrapola os laços de consaguinidade. Várias formas de abuso, exploração e violência contra crianças e adolescentes ocorrem no entorno das relações familiares (amigos, vizinhos, adultos 'de confiança' da família, entre outros).

Brasil: após a saída de casa, e conseqüente maior fragilização dos elos familiares, torna-se mais difícil uma intervenção efetiva de apoio familiar.

Recomendações:

- (a) Visar no trabalho social com famílias a integralidade dos serviços, buscando atuar na transformação tanto das condições materiais quanto emocionais.
- (b) Realizar pesquisas sobre formas mais eficazes de apoio à família, sobretudo no que tange ao cuidado dos filhos.
- (c) Desenhar ações a partir da escuta às famílias em diferentes contextos, a fim de que melhor respondam às demandas reais destas famílias.

11. Respostas adequadas à questão das drogas e ao campo da saúde mental

A rapidez com que as drogas circulam e o fácil acesso as mesmas são parte do contexto da vida nas ruas. No processo de consulta realizado, constatou-se ser recorrente o consumo de álcool e diversas drogas que causam profundos danos à saúde por parte da população em situação de rua, em quaisquer faixas etárias. No entanto, o assunto permanece como um desafio para todos. Abundam registros de respostas inadequadas, com frequência limitadas a recolhimentos forçados e encaminhamentos a instituições mal aparelhadas para lidar com essa população. Há registros constantes de violações de direitos, envolvendo as forças policiais e demais setores da área de segurança pública, bem como da assistência social. Em geral, as pessoas são encaminhadas a instituições que oferecem tratamento de desintoxicação e abstinência às drogas, mas sabe-se que essa ação não tem efetividade se desconectada de todos os demais fatores que as levaram às ruas e ao uso abusivo de drogas. Ademais, no Brasil, devido à lacuna histórica de serviços voltados para o cuidado no campo de álcool e drogas, tradicionalmente recorre-se às organizações não-governamentais que atuam nesse campo e têm seus trabalhos orientados pela religiosidade, como no caso da metodologia 12 passos que contempla a conversão religiosa por parte do “paciente”. Portanto, a ausência de serviços do Estado nesse campo ao recorrer ao terceiro setor e não investir na ampliação da rede de atenção psicossocial via Centros de Atendimento Psicossocial - CAPS e Consultórios na Rua, por exemplo, frequentemente tem como consequência a oferta de serviços não laicos pautados pelo isolamento social e provocando uma série de questionamentos quanto à eficiência e função dessas ações. Processo semelhante ocorre no que tange à incidência de transtornos mentais e diferentes formas de sofrimento psíquico. Parece haver uma relação estreita entre a permanência nas ruas, o consumo abusivo de álcool

e outras drogas e o campo da saúde mental. No entanto, estas são esferas que permanecem obscuras no que tange à prevenção e ao tratamento.

No Brasil as discussões no campo das drogas e dos direitos humanos passam por um processo de intenso debate político. A retomada de práticas de recolhimento e internação forçada em alguns municípios diante do fenômeno do crack reascendeu no cenário das políticas públicas a participação de atores envolvidos em políticas ligadas à população em situação de rua, usuária ou não de drogas. Essa questão sem dúvida requer análises e ações articulando diferentes saberes e experiências intersetoriais. O que se coloca em questão com urgência, portanto é, diferenciar a lógica do cuidado da lógica repressiva no escopo das políticas de proteção social.

Recomendações:

(a) Investir na ética do cuidado em detrimento do regime da repressão e criminalização que vem predominando no campo das drogas. A recomendação feita acima (item 8) é aplicável aqui, referente a criação de um setor específico, devidamente treinado para lidar com a população infantil e adolescente no espaço da rua – e para além deste espaço, nos casos de saída da rua, por exemplo nos espaços institucionais de acolhimento. A prática de um atendimento profissional qualificado e amoroso é possível.

(b) Valorizar o trabalho de campo desenvolvido tanto pela pedagogia social das ruas, quanto pela metodologia proposta pela redução de danos. (Seria importante que essas áreas/metodologias atuassem o mais conjuntamente possível).

(c) Investir em ações de cunho preventivo, como campanhas publicitárias de esclarecimento sobre os efeitos nocivos do uso abusivo de álcool e outras drogas. São iniciativas que ajudam, especialmente num contexto onde se promove o direito à escolha da criança e do adolescente, sendo importante que eles saibam mais sobre as consequências de suas escolhas e do possível impacto em longo prazo em suas vidas.

12. Proposições e procedimentos claros aumentam a possibilidade de sucesso

As entrevistas realizadas nos fizeram refletir sobre a objetividade e a clareza de proposições e de procedimentos como uma questão da maior importância para o êxito de um programa. Sobretudo a experiência inglesa nos foi interessante nesse aspecto. Embasadas em práticas bem consolidadas de proteção social à infância e à família, observamos que as organizações visitadas apresentavam orientações minuciosas e protocolos de procedimentos para cada programa e serviços ofertados. Em geral, havia material explicativo disponível sobre os objetivos, público alvo e orientação sobre os serviços oferecidos e os profissionais envolvidos (folders, planilhas e cartazes pelas paredes). Não temos elementos para compreender as dificuldades da prática cotidiana na execução dos serviços, mas foi possível captar no curto tempo das visitas, que para

cada profissional, os objetivos eram claros e conseguiam nos transmitir com desenvoltura o que lhes competia fazer e os limites de suas atribuições.

Cabe refletirmos mais sobre a elaboração e a utilização de protocolos em nossos países. Eles são importantes, porém por si só não bastam. Proposições com premissas claras (e elas são com frequência obscuras) contribuem para a clareza dos objetivos e para os desdobramentos práticos de um programa (gestão, execução, monitoramento, avaliação etc). Além disso, é fundamental que existam fluxos de responsabilização associados às ações prioritizadas, ou seja, a definição clara de atribuições e de atores responsáveis por assegurar a execução de políticas e ações.

Outra questão relacionada é a própria definição do que se entende por sucesso ou êxito de uma iniciativa. Indicadores de sucesso, se realistas e bem afinados com os objetivos, podem ser úteis para o estabelecimento dos resultados esperados e para orientar todo o processo de implantação e desenvolvimento de um programa. Podem ser um instrumento valioso inclusive para orientar cada profissional naquilo que dele se espera.

Recomendações:

(a) Realizar pesquisa que avalie o funcionamento dos atuais programas de atendimento à população infantil e adolescente em situação de rua em curso no escopo do SUAS e demais parcerias intersetoriais, a fim de orientar ou redirecionar investimentos (materiais ou não, por exemplo ajustar ou descontinuar programas em execução; necessidade ou não de novas ações de abordagem social, triagem, acolhimento, programas de atenção à família, entre outros).

(b) Estabelecer objetivos, procedimentos de atendimento e resultados de forma detalhada, como guias ou protocolos, orientando com a maior clareza possível a intervenção profissional. Recomenda-se a participação de profissionais com experiência na execução de programas no processo de elaboração dos protocolos, reconhecendo as potencialidades e os limites dos serviços oferecidos para que seja possível identificar os desafios e ampliar suas respostas.

(b) Elencar as prioridades de ação, levando em consideração a capacidade de implementação existente e em consonância com recursos previstos.

13. O papel central dos atores

Qualquer proposta para aprimorar o atendimento, desde o desenho de políticas até a implementação das mesmas, depende dos atores envolvidos em todas as etapas destes processos. Isso porque são vários os fatores ligados, tanto às instituições como aos profissionais envolvidos, que podem favorecer ou impedir o sucesso, em meio a interações políticas e relações de poder via de regra complexas. A institucionalidade e a gestão de qualquer programa também dependem da compreensão destas relações e destes fatores em jogo.

Um dos pontos constantemente destacados no processo de consultoria foi a importância central dos profissionais envolvidos. Alguns elementos relacionados a seleção, treinamento, condições de trabalho/vínculo empregatício estável, acompanhamento e avaliação dos profissionais, mencionados em algumas das entrevistas, podem contribuir para aumentar as chances de bom desempenho nos programas.

- Investir na adequação, no engajamento e na qualificação dos atores, em todos os níveis de hierarquia (gestão e execução): profissionais engajados, cuidadosos, qualificados para o trabalho a desempenhar (em termos técnicos e humanos).
- Seleção de profissionais: ênfase no cuidado e tempo necessários para o estabelecimento de processos de seleção dos profissionais para todas as posições e funções. Isso requer uma profunda clareza sobre o trabalho a ser desenvolvido, a qualificação profissional adequada e o desempenho esperado;
- Capacitação, monitoramento e avaliação: existência de mecanismos sistemáticos de capacitação e avaliação do trabalho.

Algumas especificidades sobre o trabalho junto à população em situação de rua, e, em especial junto a crianças e adolescentes, devem ser levadas em consideração quando se discute desempenho profissional. Um ponto importante é a própria natureza do trabalho, extremamente delicada, que exige do profissional constante exposição a situações emocionalmente extenuantes e frustrantes. Em geral, pessoas em situação de rua trazem consigo histórias de vida marcadas por adversidades, estigmas e preconceitos. Muitas delas já nascem em condições de extrema vulnerabilidade e são vítimas de diferentes formas de violações de seus direitos. Além disso, com frequência vêm de contextos totalmente diferentes daqueles a que os profissionais pertencem. Compreender as diferenças e saber lidar com elas não é tarefa fácil. Ter presentes essas questões contribui para que o trabalho seja bem sucedido à medida que se abrem espaços de reflexão, permitindo que sejam tratadas de forma coletiva.

- Condições de trabalho: precarização que as terceirizações e os regimes de trabalho provocam. Os trabalhadores dessa área precisam ter relações de trabalho mais estáveis e menos precarizadas, interrompidas devido a fins de contratos (importância do investimento no servidor de carreira).
- Educadores Sociais e Pedagogia Social de Rua: atuação profissional que se tornou relevante, sobretudo na década de 1980 no Brasil, sob a influência de educadores como Paulo Freire, vem sendo muito pouco discutida. É preciso recuperar a figura dos educadores sociais, que acabaram se diluindo e se ausentando na estruturação do SUAS. Outro fator amplamente debatido quanto a esse profissional refere-se a necessidade de regulação de seu trabalho e de seu processo de profissionalização, sem que isso implique em uma discussão que caminhe para a exigência de nível superior e curso de graduação específico para essa atividade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Leis, Decretos. Estatuto da Criança e do Adolescente, n.o 8.069, 1990.

Lescher, Danny Auro e Bedoian, Graziela (2010). Textos de apoio. Área de ensino e pesquisa. São Paulo: Projeto Quixote.

Lucchini, Ricardo. (1993). Niño de la calle. Identidad, sociabilidad, droga. Barcelona: Amelia Romero Editora.

Lucchini, Ricardo. (1996). Theory, method and triangulation in the study of street children. UK: Sage Publications. *Childhood*, 3(2): 167-70.

MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome); CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) (2004). Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS/CNAS.

Rizzini, Irene et al. (2003). Vida nas ruas. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio. São Paulo: Loyola.

Rizzini, Irene, Butler, Udi, M. & Stoecklin, Daniel. (2007). Life on the streets. Sion: Children's Rights Institute/University of Freiburg.

Rizzini, Irene, Caldeira, Paula, Ribeiro, Rosa e Carvano, Luiz M. (2010). Crianças e adolescentes com direitos violados. Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio.

Rizzini, Irene, Princeswal, Marcelo, Caldeira, Paula e Bush, Malcolm. (2012). A efetivação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua. O caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio.

Rizzini, Irene e Tisdall, Kay (Ed). Participação infantil e juvenil em âmbito internacional. O Social em Questão, número 27. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, departamento de Serviço Social e Universidade de Edimburgh, 2012.

Soares, Alexandre Bárbara e Brito, Márcia Gatto (org) (2013). Tecendo caminhos em rede. Ações educativas e desafios da Rede Rio Criança no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ABTH/Rede Rio Criança.

Thomas de Benítez, Sarah (2007). State of the world's street children: violence. UK: Consortium for Street Children. Street Children Series.

Thomas de Benítez, Sarah (2011). State of the world's street children: research. UK: Consortium for Street Children. Street Children Series 2.

Bibliografia pesquisada e guia para consulta

1. Título: Anita Schrader McMillan (Family for EveryChild), Elsa Herrera (Fundación JUCONI AC). Final report: Strategies to ensure the sustainable reintegration of children without parental care. JUCONI, México (January 2014).

Resumo: Relatório final de estudo em Puebla, México, que analisa os elementos de sucesso em estratégias de reintegração de crianças com vivência nas ruas.

Link:

<http://www.familyforeverychild.org/sites/default/files/resources/Reintegrating%20children%20in%20Mexico.pdf>

2. Título: Barnardo. Running from hate to what you think is love: The relationship between running away and child sexual exploitation. Smeaton, Emily (2013).

Resumo: Estudo de Emily Smeaton, que aborda a vulnerabilidade das crianças e adolescentes que fogem de casa, em especial quanto à questão da exploração sexual.

Link:

http://www.barnardos.org.uk/15505_cse_running_from_hate_2l_web.pdf

3. Título: Family for Every Child. Reaching for home: Global learning on family reintegration in low and lower-middle income countries (2013).

Resumo: Pesquisa sobre as práticas de reintegração de crianças em países de baixa e média rendas. Os resultados são baseados em uma análise de uma série de documentos e entrevistas.

Link:

<http://www.retrak.org/uploaded/Reaching%20for%20home%20-%20reintegration%20study%20with%20Retrak%20and%20multiple%20agencies%20led%20by%20Everychild.pdf>

4. Título: Family for Every Child. Placing care at the heart of child protection systems (2012).

Resumo: Texto que promove a ideia de cuidado (care) no centro dos esforços para estabelecer um sistema de proteção à infância. A abordagem de sistemas foi desenvolvida para reduzir o foco fragmentado sobre questões individuais da criança e para promover a articulação entre os diferentes atores responsáveis pela proteção à infância. 'Cuidado' refere-se também ao fortalecimento das famílias, estratégias para reduzir a incidência de abuso e maus tratos e medidas para oferecer cuidados temporários quando necessário.

Link: <http://www.everychild.org.uk/sites/default/files/docs/CP%20Systems%20paper.pdf>

5. Título: Kent County Council. Safeguarding record keeping in schools status: guidelines for practice. Education, Learning & Skills Directorate (2013).

Resumo: Guia específico para escolas que inclui modelos de formulários preenchidos em escolas, explicando seu papel em intervenções preventivas na área de proteção à infância.

Link:

www.google.co.uk/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=.%20Safeguarding%20record%20keeping%20in%20schools%20status%3A%20guidelines%20for%20practice%20Education%2C%20Learning%20%26%20Skills%20Directorate

6. Título: HM Government. Working together to safeguard children: A guide to inter-agency working to safeguard and promote the welfare of children (March 2013).

Resumo: Guia elaborado pelo governo, indicando prioridades, atribuições e responsabilidades no diz que respeito à proteção à infância.

Link:

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/281368/Working_together_to_safeguard_children.pdf

7. Título: HM Government. Statutory guidance on children who run away or go missing from home or care (January 2014).

Resumo: Mais recente orientação do governo de como proceder no caso de crianças desaparecidas ou que fugiram de casa. Este guia resultou de vários estudos realizados por The Children Society, Barnardo e All Parliamentary Study Group. É o novo guia oficial com orientações e diretrizes para ação.

Link:

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/271819/Statutory_guidance_on_children_who_run_away_or_go_missing_from_home_or_c....pdf

8. Título: HM Government. Statutory guidance on children who run away or go missing from home or care. Flowchart showing roles and responsibilities when a child goes missing from care. Department for Education (January 2014).

Resumo: Página com flow chart (gráficos de fluxos), indicando quem é responsável no caso de crianças fugirem ou desaparecerem. Fluxos como esse aparecem em muitos dos guias do governo.

Link:

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/271820/Flowchart_when_a_child_goes_missing_from_care.pdf

9. Título: Office of the High Commissioner for Human Rights, United Nations Children's Fund, Consortium for Street Children and Aviva. Protection and promotion of the rights of children working and/or living on the street (2012).

Resumo: Estudo realizado por Sarah Thomas de Benítez sobre os desafios, lições aprendidas e boas práticas na proteção de crianças e adolescentes conectados com a rua. Na sua lista de recomendações cita que no mínimo todos os países precisam divulgar campanhas de sensibilização sobre as experiências de vida destas crianças.

Link:

<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Children/Study/OHCHRBrochureStreetChildren.pdf>

10. Título: The APPG for runaway and missing children and adults and the APPG for looked after Children and care leavers. Report from the joint inquiry into children who go missing from care (2012).

Resumo: Estudo parlamentar multi partidário que investiga a questão de crianças que se encontram sob cuidado do governo (em acolhimento familiar ou institucional) e fogem ou desaparecem. O estudo faz uma série de recomendações para o governo, incorporadas nos guias de 2013 e 2014.

Link:

http://www.childrenssociety.org.uk/sites/default/files/tcs/u32/joint_appg_inquiry_-_report...pdf

11. Título: The Children Society. Here to listen? Return interviews provision for young runaways (2013).

Resumo: Estudo realizado por The Children Society, mostrando a importância da entrevista quando a criança ou o adolescente retorna para casa. Trata da importância de escutá-los sem julgamento. Este estudo serviu de base para as mudanças estabelecidas no guia *Statutory guidance on children who run away or go missing from care* (2014), mencionado acima. A entrevista de retorno é uma conversa entre o adolescente e um profissional treinado após episódio de fuga. Tem como objetivo compreender os motivos da fuga, as experiências individuais e o que poderia ajudar a resolver os problemas identificados.

Link:

http://www.childrenssociety.org.uk/sites/default/files/tcs/here_to_listen_report.pdf

12. Título: The Children Society. Still running 3. Early findings from our third national survey of young runaways (2011).

Resumo: Exemplos de publicações de ONGs que têm tido impacto importante para a compreensão dos problemas relacionados à questão da rua. Para uma lista mais completa de suas publicações <http://www.childrenssociety.org.uk/what-we-do/research/well-being/publications>

Link:

http://makerunawayssafe.org.uk/sites/default/files/tcs/u24/Still-Running-3_Full-Report_FINAL.pdf

13. Título: The Children Society. Make runaways safe: Launch report (2011).

Resumo: Estudo realizado por The Children Society. Analisa o problema de adolescentes e jovens que fogem de casa no Reino Unido e faz recomendações para melhorar as ações de proteção.

Link:

http://www.childrenssociety.org.uk/sites/default/files/tcs/make_runaways_safe_report.pdf

14. Título: The Children Society. Developing local safeguarding responses to young runaways. Planning guide for professionals (2013).

Resumo: Um guia para profissionais que trabalham com crianças, orientando quanto ao que devem fazer quando uma criança ou um adolescente desaparece.

Link:

http://www.childrenssociety.org.uk/sites/default/files/tcs/runaways_planning_guide_a5_final.pdf

15. Título: The Children Society. Promoting positive well-being for children. A report for decision-makers in parliament, central government and local areas. A better childhood for every child (2012).

Resumo: Nesta publicação The Children Society orienta parlamentares sobre os problemas de crianças e adolescentes que fugiram de casa (runaway children) e possíveis soluções.

Link:

http://www.childrenssociety.org.uk/sites/default/files/tcs/promoting_positive_well-being_for_children_policy.pdf

16. Título: The Munro review of child protection. Final report: A child centred system. Department of Education and Skills (2011).

Resumo: Estudo aprofundado que revisou o sistema de proteção vigente no Reino Unido. Esta pesquisa envolveu profissionais de muitas áreas e foi coordenada pela professora Munro. Estudo importante com conclusões e recomendações que foram incorporadas no *Statutory guidance* de 2013.

Link:

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/175391/Munro-Review.pdf

17. Título: The Office for Standards in Education, Children's Services and Skills (Ofsted). Missing children (2013).

Resumo: Relatório sobre a efetividade do sistema de proteção à infância no Reino Unido, incluindo as crianças que desaparecem, tendo como base suas experiências de fiscalização. O relatório contém diversas recomendações importantes.

Link: <http://www.ofsted.gov.uk/resources/missing-children>

18. Título: Ofstead. Running away. Young people's views on running away from care: Reported by the Children's Rights Director for England (2012).

Resumo: Relatório com base em entrevistas com crianças que não moram com suas famílias, abordando a qualidade dos cuidados que recebem.

Link: <http://www.ofsted.gov.uk/resources/running-away-2012>

19. Título: A efetivação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua. O caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio.

Resumo: resultados de pesquisa realizada pelo CIESPI PUC-Rio, sob a coordenação de Irene Rizzini, com apoio da Fundação Oak, Suíça, que analisa os processos de elaboração e implementação de políticas públicas com foco sobre a população infantil e adolescente em situação de rua.

Link:

<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/a-efetivacao-de-politicas-publicas-no-brasil.pdf>

Anexos

(1) Organizações e programas consultados

Inglaterra

The Children Society
FamilyforEveryChild
Centrepoint
Barnardo

Romênia

Samusocial
Centro de dia da Direção Geral de Assistência Social e Proteção à Infância
Fundação Casa IONA
Fundação Parada
Associação Taller sin Fronteras
Centro de dia e noite da Direção Geral de Assistência Social e Proteção à Infância
Organização Concordia

México

Juconi
Fundación Pro Niños de la Calle, IAP (Pro Niños)
Sistema para el Desarrollo Integral de la Familia (DIF)
DIF Jalisco
CODENI – Colectivo Pro Derechos de la Niñez
El Caracol
Alianza Mexicana
INDESOL

(2) Recolhimentos forçados: o caso do Rio de Janeiro (por Juliana Batistuta Vale)

No Rio de Janeiro, no ano de 2011, a cidade enfrentou a imposição de uma resolução municipal da secretaria de assistência social (Resolução nº 20 SMAS/PMRJ em maio de 2011). A mesma determinava o recolhimento em massa de crianças e adolescentes em situação de rua supostamente usuários de drogas. Os adolescentes eram levados diretamente para a delegacia no intuito de verificar a ocorrência de alguma prática infracional. Essa medida contraria a própria lei, ao ser empregada independente de flagrante, sendo que aqueles que tivessem mandato de busca e apreensão eram diretamente encaminhados para medida socioeducativa de internação. Desta forma, ficava relegado a segundo plano, o motivo da ação anunciada, voltada ao combate ao uso de drogas. Aqueles que não possuíam passagem policial eram (e ainda são) levados para abrigos especializados para 'suposto' tratamento de drogadição. O fato é que esses abrigos especializados contrariam as diretrizes estabelecidas em leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos princípios estabelecidos pela política de saúde mental (responsável por atender demandas do campo do álcool e outras drogas) como aponta a Ação Civil Pública promovida pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - CDEDICA. A inadequação dessa ação e as inúmeras denúncias de violação de direitos humanos ocorridas nessas instituições, como as descritas no relatório de visita de fiscalização aos abrigos especializados¹⁷ deram origem a criação da Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos – FEDH/RJ e a Campanha Internação Forçada, Política Errada. O que se espera é a ampliação da rede de atenção psicossocial atuando dentro do paradigma de direitos, visto que ações ditas humanitárias não podem se tornar agente de violação de direitos. Também consideramos agravante, o fato dessa experiência ter ocorrido sem diálogo com a sociedade e desconsiderando processos de participação e deliberação democrática de políticas públicas, tendo em vista que em 2009 o Rio de Janeiro foi o primeiro município a aprovar uma política municipal de atendimento à crianças e adolescentes em situação de rua (Deliberação 763:2009 aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) que vem sendo ignorada. Temos na cidade um confronto entre a deliberação de um conselho de direito e a imposição de uma gestão municipal.

¹⁷ Para maiores informações da avaliação desse processo consultar o Relatório de visita aos abrigos especializados para crianças e adolescentes http://www.crprj.org.br/documentos/2012-relatorio_CADQs.pdf. Ver também Soares e Brito, 2013).

¹⁸ Para maiores informações sobre esse processo consultar o caderno de pesquisa divulgado pelo CIESPI em 2011 em <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/a-efetivacao-de-politicas-publicas-no-brasil.pdf>

(3) Oficina Técnica para Aprimoramento dos Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e suas famílias, Brasília, 21-22 de maio de 2014. Programa.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Nacional da Assistência Social

Oficina Técnica para Aprimoramento dos Serviços do SUAS para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e suas famílias

21 de Maio	
Horário	Atividade
09:00	<p>Mesa de Abertura</p> <p>Composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Denise Colin - Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS ● Secretaria de Direitos Humanos ● Escola Nacional de Administração Pública – ENAP ● Agency for the Development and Coordination of International Relations - ADECRI/ Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento - CIPECC. <p>Objetivo: Contextualização do evento e boas vindas aos participantes.</p>
10:00	<p>Mesa 1 – Atenção a crianças e adolescentes em situação de rua: aspectos relevantes para o Brasil das experiências internacionais realizadas no âmbito da parceria com o EUROSOCIAL</p> <p>Coordenação: Fábio Bruni</p> <p>Apresentação: Irene Rizzini – PUC/RJ, Departamento de Serviço Social - CIESPI</p> <p>Debatedora: Marina Moreto</p> <p>Objetivo: Contextualização do fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua e</p>

	apresentação sobre as experiências internacionais relevantes ao contexto brasileiro, no âmbito da consultoria.
11:00	Debate
12:00	Intervalo para Almoço
13:00	<p>Mesa 2 – Desafios para a oferta de serviços do SUAS, SUS e da Educação para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e suas Famílias.</p> <p>Coordenação: Luciana Vidal</p> <p>Apresentações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● MDS – Telma Maranhão, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial ● MS ● MEC
14:30	Debate
15:00	Intervalo
15:15	<p>Mesa 3 – Experiências na Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e suas Famílias: desafios e possibilidades.</p> <p>Coordenação: Ana Angélica Campelo</p> <p>Apresentações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Valéria Pássaro – Casa das Expedições/SP ● Lucas Carvalho – Projeto Quixote/SP ● Jacqueline Junker – EMEF Porto Alegre <p>Objetivo: compartilhar experiências e debater possibilidades para a qualificação da atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias.</p>
17:00	Debate
18:00	Encerramento

22 de Maio	
Horário	Atividade
08:30	<p>Abertura</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fábio Bruni

	Objetivo: recepção, resumo dos principais conteúdos do primeiro dia de atividades e orientação sobre os trabalhos do dia.
09:00	<p>Mesa 4 – Aspectos relevantes para o aprimoramento da atenção no SUAS a crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias e suas interfaces intersetoriais.</p> <p>Coordenação: Ana Angélica Campelo</p> <p>Apresentação: Irene Rizzini – PUC/RJ, Departamento de Serviço Social - CIESPI</p> <p>Debatedora: Marina Moreto</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Objetivo: Fomentar a discussão sobre o que foi produzido até o momento pela consultoria. Apresentação da proposta da consultoria sobre as diretrizes e aspectos metodológicos na atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias.
10:10	Intervalo
10:20	Dinâmica de construção coletiva sobre diretrizes para a atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias.
12:00	Sistematização das Propostas
13:00	Intervalo para Almoço
14:00	Dinâmica de construção coletiva sobre diretrizes para a atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias.
16:00	Sistematização das Propostas
17:00	<p>Mesa Final</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Telma Maranhão – Diretora do DPSE ● Irene Rizzini – PUC/RJ, Departamento de Serviço Social -CIESPI
17:30	Encerramento

Síntese das contribuições dos participantes

A consulta foi realizada durante dois dias, com a participação de 52 profissionais de diversos setores, reunindo um grupo de especialistas com ampla experiência de trabalho direto com crianças, adolescentes e famílias em contextos de vulnerabilidade e em situação de rua, bem como significativa experiência nas áreas de coordenação de programas e de gestão em áreas intersetoriais diversas.

Segue abaixo a sistematização das informações levantadas pelos participantes da oficina que se dividiram em três grupos (“pré-rua”, “flerte com a rua” e “quando a casa é a rua”) para apontar as ações, as lacunas e os desafios no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, em 3 momentos diferentes de sua inserção no espaço da rua.

I) PRÉ RUA: (As ações foram apontadas de forma a já sinalizar suas fragilidades e necessidade de fortalecimento)

ACÇÕES:

→ Assistência Social

- Potencializar os trabalhos nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS;
- Deveria haver demandas prioritárias como trabalho infantil e situação de rua nos CRAS;
- Valorização dos Programas de Acompanhamento Sócio-Familiar (PAIF) e Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV);
- Investir em formas de potencializar os recursos da comunidade local.

→ Saúde

- Valorização da Estratégia Saúde da Família (ESF): o atendimento no domicílio deve ser capaz de identificar vulnerabilidades e realizar encaminhamentos adequados para a rede de atenção e serviços das políticas sociais.

→ Educação

- A educação precisa se perceber como parte da rede de proteção;
- É preciso que haja formação dos professores em Direitos Humanos;
- Ampliar o Programa Escola que Protege;

- Ampliar as vagas nas Creches;
- Educação com interface com esporte e cultura.

→ Esporte

- É preciso ampliar as ações desenvolvidas no esporte, tal qual o programa Segundo Tempo. (O Segundo Tempo como Programa Estratégico do Governo Federal via Ministério da Cultura que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social, portanto o programa tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens expostos aos riscos sociais.)

→ Cultura

- É preciso ampliar os Pontos de Cultura (Programa do Ministério da Cultura que promove o estímulo às iniciativas culturais da sociedade civil já existentes).

→ Conselho Tutelar

- Precisam ter condições objetivas e subjetivas (recursos humanos) para que desempenhem bem suas ações de proteção.

→ Ações Intersetoriais

- Valorização da interdisciplinaridade;
- Intensificação de ações de saúde na escola;

→ Organizações da sociedade civil

- Ações das Associações Comunitárias;
- Movimentos Sociais;
- Movimentos políticos educativos de participação infanto-juvenil;

LACUNAS:

- As estatísticas com informações sobre o público de rua são insuficientes, é preciso investir em estudos demográficos específicos sobre a população de rua infanto-juvenil como forma de aprimorar a Vigilância Socioassistencial do SUAS, com indicadores de vulnerabilidades e prevenção;
- Também é preciso fazer cruzamentos de diagnósticos das necessidades dos territórios (integração de cadastros);
- Implementar fluxos de trabalho em rede e comunicação entre os serviços no território;
- Investir na formação dos profissionais para a ação intersetorial;
- Investir na participação das crianças e adolescentes como estratégia metodológica na construção das ações;
- Criar orientações técnicas para o trabalho conjunto com crianças e adolescentes em situação de rua;
- Criar orientações técnicas para ações preventivas para as famílias de possíveis crianças e adolescentes em situação de rua;
- Envolver a participação da comunidade para tornar os serviços mais atraentes (e, assim, aumentar o número de pessoas que os acessam);
- Falta capacitação para o reconhecimento de especificidades dos públicos nos territórios;
- Faltam capacitações conjuntas e canal de diálogo dos profissionais das respectivas políticas;
- Ausência de espaços seguros para a prática de esportes e atividades culturais (ex: praças);
- Foco no Trabalho como forma de geração de renda e autonomia (desenvolvimento econômico x desenvolvimento Social);

DESAFIOS:

- Notificação integrada com devolutiva para os serviços;
- Reuniões intersetoriais periódicas (Saúde, Assistência Social, Educação - identificar outros setores que deveriam atuar juntos, por ex. Habitação, Trabalho, etc);
- Implementar e expandir o Plano Juventude Viva nos Territórios: O Juventude Viva, é um Plano do Programa da Secretaria Nacional de Juventude (parte da Secretaria-Geral da Presidência da República) e é voltado para municípios que reúnem mais de 70% dos homicídios contra jovens negros no Brasil. Busca-se em um esforço intersetorial contribuir para reverter o alto índice de violência e de homicídios que atingem especialmente a juventude negra.¹⁸

¹⁸ Maiores informações disponível em <http://www.juventude.gov.br/guia/programas-da-secretaria-nacional-de-juventude/plano-juventude-viva>

- Intensificar a busca ativa, como estratégia para aumentar a possibilidade de continuidade e efetividade do atendimento;
- Ofertar os serviços previstos para a composição da rede de proteção SUAS suficientes com a indicação populacional do território, a fim de conseguir uma maior cobertura para responder as demandas da população;
- Prevenção da violência nas famílias;
- Ampliação da proteção com a integração de serviços, benefícios e programas/projetos;
- Melhorar as formas de divulgação e acesso aos serviços.

Condições de trabalho:

- É preciso investir em concursos e melhorar as condições de trabalho.

II) FLERTE COM A RUA – transição entre a casa, a rua, espaços comunitários ou instituições.

ACÇÕES: (que estão em curso)

→Assistência Social

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF/ PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduos);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFC);
- Abordagem Social.

→Saúde

- Atenção básica em saúde (Estratégia Saúde da Família - ESF, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF (equipe volante/itinerante – oferece suporte nos territórios aos núcleos de trabalho da estratégia saúde da família), Programa Saúde nas Escolas – PSE.

→Educação

- Educação básica, escola e programas específicos;

LACUNAS:

- Captura das potencialidades do território, indivíduos e famílias;
- Capacitação profissional para o atendimento às situações casa-rua;
- Ausência de fluxos de atendimento das políticas (e entre as políticas);
- Ausência de integração entre os cadastros de registro de atendimento;
- O atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua é “departamentalizado”;
- Ausência da articulação das políticas/equipes (Saúde, Educação e Assistência Social);
- Substituir a lógica do encaminhamento pela matricialidade, com a criação de equipes como o NASF da saúde;
- Desconexão entre profissionais que atuam diretamente com o público e os técnicos envolvidos com a gestão da política;
- Faltam mais equipamentos de média complexidade nesse contexto;
- Discute-se pouco sobre as famílias desse grupo de crianças e adolescentes;
- É preciso ampliar e aprofundar estudos e pesquisas sobre a temática;
- Não implementação do sistema de informação dos conselhos tutelares;
- Falta de regulamentação da ocupação de educador social.

DESAFIOS:

- Mapeamento de recursos locais (Equipamentos e Recursos Humanos);
- Modelo de matriciamento intersetorial;
- Atenção básica: atuar com articulação em rede e olhar para as especificidades da situação de rua;
- Integração das proteções básica e especial (referência e contrarreferência);
- As equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (proteção especial da política de assistência social) estão muito aquém das demandas;
- Atendimento interdisciplinar, articulação intersetorial + rede de garantia de direito;
- Aprimorar a prática do estudo social das famílias realizado pelas equipes;
- Mudar a lógica do encaminhamento para lógica do cuidado;

- A Escola (Educação) precisa se enxergar como integrante da rede de proteção;
- Constituição de equipe psicossocial no âmbito escolar;
- Capacitação dos profissionais na temática;
- Capacitação de profissionais para trabalhar em situação de rua;
- Maior integração entre as equipes de abordagem social e os consultórios na rua;
- Maior integração entre os conselhos tutelares e os CRAS;
- Inclusão no Censo do público criança e adolescente em situação de rua;
- Participação do Sistema de Justiça nos espaços de formação compartilhado;
- Promoção no território de cultura de responsabilização da e na comunidade;
- Amplo debate sobre a profissionalização e a regulamentação da atividade do educador social.

III) CASA É A RUA

ACÇÕES: (Nesse grupo, as ações foram colocadas não como ações ofertadas, mas com mais evidência justamente nas ausências ou fragilidades de ações, caracterizou-se mais como análise situacional do cenário dos serviços para quando a casa já é a rua, que foram problematizados sinalizando sua precariedade).

- Público completamente desassistido e socialmente invisível;
- Consultório de rua;
- Abordagem na rua;
- Serviços de Acolhimento;
- É preciso saber como o trabalho está se dando nos CREAS;
- Ações fragmentadas que não se alinham com a garantia de direitos;
- Tudo o que foi acumulado está sendo desfeito;
- Repressão muito forte nos locais de circulação;
- Aliciamento de menores pela polícia.

DESAFIOS:

- Criar mecanismos que reconectem esse público à sociedade;

- Como pensar políticas estratégicas para sensibilizar o gestor no nível municipal e estadual;
- Efetivação do que está previsto nas portarias e leis;
- Alinhamento conceitual entre as diversas políticas, de seus princípios e orientações gerais das ações;
- Construir uma rede que seja potente para esse atendimento;
- Precisa de uma rede que saiba da existência e funcionamento desses serviços e estruturação de gestão intersetorial nos territórios;
- Necessidade de revisitar e aprimorar metodologias para atendimento de crianças e adolescentes;
- Repensar e qualificar a abordagem social;
- Aproximação entre o saber (pensar) e o fazer (executar);
- É preciso criar espaços de convivência;
- Implementação de serviços de convivência com proximidade para esse público conforme normatização;
- Necessidade de formalização da figura do educador social (reconhecimento);
- Cuidado com o cuidador (cuidar de quem cuida);
- As crianças e adolescentes em situação de rua precisam conseguir acessar o consultório na rua;
- Formação continuada para os trabalhadores dos consultórios na rua;
- Estabelecer com o sistema judiciário uma discussão para adequação/flexibilização do acolhimento e atendimento;
- Criar demandas para que o judiciário responsabilize o poder público executivo pela situação de violação de direitos em que se encontram as crianças e adolescentes em situação de rua;
- Intervir nas diversas formas de violência contra as crianças e adolescentes, inclusive contra a prática de justiça (justiceiros);
- Ação civil pública contra violência nas ruas sofridas pelos meninos/as;
- Repensar e reinvestir no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM);
- Mobilização e sensibilização da segurança pública para o tema;
- Fortalecer o papel dos movimentos sociais;
- Pensar em estruturas eficazes de se contrapor às mensagens da mídia.

LACUNAS:

- Produção de dados gerais (atendimentos, números de crianças e adolescentes) quantitativos e qualitativos;
- Criar serviços que atendam adequadamente crianças e adolescentes em situação de rua com acompanhamento longitudinal constante;
- Falta de oferta adequada de CAPSi e AD;
- Inexistência de serviços na área de educação para esse público;
- Criar tipificação do serviço que acompanha o processo de saída das ruas;
- Oferecer redução de danos para crianças e adolescentes em situação de rua;
- Ausência de suporte psicológico e formativo para os profissionais que atuam com esse público.

Observações com base nos debates:

- Por se tratar de um espaço intersetorial, onde profissionais, especialmente aqueles que se encontram nas políticas de saúde e assistência social, ambas as políticas com serviços de proteção social pelos territórios, foi falado muito sobre a importância de se construir **pontes** para que a intersetorialidade seja concretizada ao garantir direitos para aqueles que são os demandatários dos diversos serviços sociais;
- Entretanto, no que diz respeito à especificidade de crianças e adolescentes em situação de rua, parece haver certo impasse entre os formuladores das normativas e diretrizes de políticas de atendimento e os trabalhadores da linha de frente. Enquanto os formuladores indicam que as crianças e adolescentes devem ser inseridos nos serviços localizados no território que atendem a diferentes demandas, há uma persistência no entendimento de que crianças e adolescentes nessas condições requerem um espaço de cuidado específico, com metodologias adequadas e flexibilidade necessária, tendo em vista que frente à diversidade de trajetórias de vidas que os casos trazem, uma única regra poderá não atender a complexidade do que se apresenta. Esse impasse emergiu nas discussões, mas prevaleceu o posicionamento de que o MDS ao estruturar a rede do SUAS defende que dentro de cada serviço seja atendida as especificidades e não se invista em construir equipes específicas; (Impasse: Os profissionais enxergam caminhos diferentes do que é pensado pelos Ministérios)
- Destaca-se que é preciso reconhecer que existem dois caminhos que precisarão ser sustentados, o de reconhecimento das demandas desses meninos que precisarão ser acolhidos dentro dos serviços universais do SUAS sem discriminações ou constrangimentos Mas e importante também garantir que as equipes possam realizar seus trabalhos com diferentes metodologias e se dedicar para o que realizam; sustentar o lugar de que a metodologia da educação social de rua é o

que há de mais valioso produzido sobre cuidado com esses meninos e meninas nas ruas e que muitas vezes vai exigir tempo, espaço e manejo flexíveis, criativos...

- Foi destacada a importância de atores chave engajados em movimentos sociais para que haja peso desse tema nos avanços dos desenhos das políticas públicas. As agendas ainda estão paralelas e nem sempre convergentes.

- A saúde destacou a importância da territorialização, dos matriciamentos e a defesa dos direitos humanos para quem não consegue acessar essas políticas. Também destacou os avanços da notificação integrada para os casos de suspeita de violência contra a criança e o adolescente. Foi sinalizado que os CAPSs precisam ampliar seu entendimento quanto ao que é de sua responsabilidade de cuidado, visto que as demandas que se identificam na rua podem ser cuidadas também por esse serviço. Foi ressaltado o Plano Juventude Viva, para se combater o extermínio da Juventude Negra.

- A partir exposição sobre a atuação do MEC, viu-se que não há cruzamento entre a rua e a infância e adolescência. Chamou a atenção para o fato de que a Educação é um sistema integrado e articulado, mas não é um sistema único, sendo que há autonomia dos municípios e estados, desde que seguindo as orientações normativas. Apesar de destacar que também estão trabalhando com a noção de território e não de grupos específicos, o que pode contribuir para que crianças e adolescentes em situação de rua não sejam pautadas em suas especificidades, questionou se está faltando agenda política compartilhada pelas políticas setoriais para que o tema das crianças e adolescentes em situação de rua caminhe intersetorialmente. Nesse sentido, destacaram que a participação dos movimentos sociais nesse debate é fundamental para que as propostas avancem e se materializem com maior agilidade.

- No que diz respeito à Segurança Pública, ausente desse espaço de diálogo intersetorial, é preciso envolvê-la no diálogo com as ações e serviços do SUAS e SUS, para que possam melhor separar proteção social de repressão policial.

- Apontou-se a dificuldade de articulação com o judiciário. A presença de um representante do Judiciário, na figura de uma promotora de justiça, também trouxe questões relevantes ao funcionamento das políticas públicas. Foi apresentado como dificultador partir do pressuposto que crianças e adolescentes têm que ter um responsável legal, mesmo quando há adolescentes que vivem sem a figura do responsável imediato nas ruas. Em outras palavras, a ausência do responsável legal por si só, não deveria definir por encaminhamentos insitucionalizadores. Também foi considerado que a justiça/judiciário ainda são demandados por ações que não necessariamente deveriam ser “juridicionadas”/judicializadas e que poderia ser mediadas de outras formas. Recorrer ao judiciário desnecessariamente pode ser ruim na medida em que a justiça sempre atuou como um lugar estratégico para a ênfase na institucionalização em modelos correcional-repressivo. É preciso cuidado para não se institucionalizar a infância novamente, assim como evitar a judicialização excessiva dos casos, pois nossos marcos legais apontam para outras alternativas.

- O espaço da rua e seu uso foram também analisados, pois nos últimos anos a própria rua passou por intenso processo de transformação – “adulterização da rua” (as ruas estão tomadas por

automóveis, barulho e poluição). Destaque para temas como o trabalho infantil e o lugar ocupado por esses meninos e meninas no tráfico de drogas.

- Na rua foi apontado que se deve pensar saúde para quem dela quer sair, mas também para quem nela ainda está. Esse tema abriu um debate pouco consensual, mas que traz em si uma dialética importante, pois o direito à cidade não pode ser justificativa para a permanência nas ruas, nas condições de violência e várias formas de violações de direitos. No caso das crianças e adolescentes que estão nas ruas, não se pode colocar o peso da decisão exclusivamente em quem não tem opção de escolha ou tem péssimas opções de escolha. O respeito à autonomia do outro se confronta com a convivência com a tragédia apresentada.

- Ponto sempre presente, mas muito pouco investido nas discussões de caráter mais deliberativo versa sobre a tradição do trabalho da educação social de rua (Pedagogia Social de Rua), que se perdeu na estruturação das políticas públicas, tornando a função de educador social uma figura frágil e ameaçada de extinção nesse processo.

- Muito se falou sobre transformar a lógica do encaminhamento para a construção do cuidado compartilhado. E no que diz respeito ao cuidado compartilhado, novamente foi identificada a dificuldade da escola em estabelecer fluxos de atendimento frente as demandas de proteção social.

- Foi proposta uma reflexão considerando que as ruas são extremamente sedutoras e acabam por acolher esses meninos e meninas que de alguma forma se sentem “protegidos”, estando nelas, mas e os nossos serviços seduzem? Eles são atrativos? São mais protetivos de que a rua pode ser? Como se muitos dos profissionais não gostam do que fazem.

Pontos de destaque nas experiências apresentadas:

- Projeto Quixote (QXT) de São Paulo:

<http://www.projetoquixote.org.br/>

Ênfase no acompanhamento longitudinal – processo de longa duração;

Concepção de educadores tridimensionais - atuam na profundidade.

A experiência do Quixote permite provocar as políticas a se questionar, quando simplifica ao afirmar que os equipamentos são as pessoas e o território é o menino. A estrutura não deve ser mais valorizada que o recurso humano de trabalho, e não devemos trambalhar com a noção de território de forma limitadora da intervenção.

- Casa das Expedições de São Paulo:

Muita ênfase no quanto uma equipe precisa ser transgressora para garantir direitos e a vaga do menino(a) no abrigo. Um exemplo dado foi o de manter a vaga do menino no abrigo mesmo que ele tenha evadido: “Profissionais tentam mostrar que é possível e as instituições mostram o quanto é difícil”.

Os projetos nascem de indagações dos meninos e têm a participação livre dos mesmos

- Escola de Porto Alegre

Destaque para a presença da redução de danos na escola, flexibilidade na participação de alunos de acordo com a sua possibilidade de permanecer/tolerar o retorno para escola, e participação via assembleia mensal de estudantes.

A experiência dessa escola olha o próprio sistema de educação do país com os olhos críticos, “a escola abre vaga, mas não acolhe”.

Em suma, podemos observar questões que são comuns e que ultrapassam os momentos pré, flerte e rua.

Sobre a autora

Irene Rizzini

Doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), com formação em psicologia e mestrado em serviço social (School of Social Service Administration, Universidade de Chicago), professora e pesquisadora da PUC-Rio (departamento de Serviço Social) e Diretora do CIESPI (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância). Em âmbito internacional, foi Presidente da Rede internacional de intercâmbio de pesquisa na área da infância (Childwatch International Research Network, 2002-2009). Irene Rizzini recebeu o prêmio Guggenheim (2008-2009) e tem coordenado diversos projetos de abrangência nacional e internacional. Entre suas principais publicações, estão: *O Século perdido; A arte de governar crianças; Acolhendo crianças e adolescentes. Experiências de Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil; A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2002); Desenhos de família; Children and globalization; From street children to all children: improving the opportunities of low income urban children and youth in Brazil; Vida nas ruas: trajetórias de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro; A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente; Niños e adolescentes creciendo en contextos de pobreza, marginalidad y violencia en América Latina; Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro, Direitos Humanos de crianças e adolescentes: 20 anos do Estatuto; Cuidado familiar e saúde mental; Youth in the present.*